

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte: OESP (Geral)
Data: 22/11/2002 Pg. A10
Class.: 363

Pará e Rondônia terão licenciamento ambiental

Experiência bem-sucedida em MT será ampliada para outras áreas

LIANA JOHN

BRASÍLIA – A tecnologia simplificou o manejo rural em alguns municípios da Amazônia. Um novo sistema de licenciamento ambiental georreferenciado, testado em Mato Grosso, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), substituiu as toneladas de papel para obtenção de autorizações de desmatamentos e queimadas legais, diminuindo as chances de burla à lei e corrupção.

Na implantação, o sistema é caro e um pouco trabalhoso, pois cada proprietário tem de localizar sua fazenda numa imagem de satélite, na escala 1:50.000, delimitando claramente a reserva legal obrigatória, as Áreas de Preservação Permanente (APPs), áreas já ocupadas e locais onde se pretende desmatar ou queimar. Mas, depois do investimento inicial, a manutenção é muito mais simples e barata do que qualquer outro método até agora utilizado. E é mais confiável.

“Colocamos a mesma tecnologia, que antes servia apenas para avaliar as tendências dos desmatamentos, a serviço da antecipa-

ção e correção do dano, olhando para o detalhe, para ter certeza de que os desmatamentos são legais e de uso produtivo”, diz Mary Alegretti, secretária de Amazônia do ministério. O objetivo é trazer de volta para a legalidade, os proprietários de terras que foram empurrados para a ilegalidade por excesso de burocracia ou corrupção dos órgãos ambientais. “Reconhecemos que o problema (de corrupção) existe e a taxa ainda é alta, por isso não queremos continuar a usar a tecnologia apenas para assistir à confirmação de uma catástrofe anunciada. Este sistema troca o croqui desenhado pelo proprietário por imagens de satélite detalhadas e, paralelamente, estamos investindo em agendas positivas, com alternativas ao desmatamento”.

Na ocasião do pedido, são checados na imagem de satélite os percentuais de áreas a serem preservadas e áreas passíveis de utilização. Se estes estiverem dentro da lei, as autorizações são concedidas e o licenciamento da propriedade toda vale por um ano.

No ano seguinte, o pedido é comparado com uma nova imagem de satélite, onde aparecem eventuais irregularidades, como desmatamentos ou degradação florestal fora das áreas solicitadas. A comparação das duas imagens é rápida e incontestável e, não havendo discrepâncias, o li-

cienciamento é renovado. Nas propriedades com percentuais de desmatamento fora da lei, incluindo casos anteriores à implantação do licenciamento ambiental, a recuperação florestal e as medidas mitigadoras ou compensatórias são discutidas e acertadas em Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) individuais.

“Adotamos duas estratégias para a Amazônia: uma mais conjuntural, de aperfeiçoamento institucional, melhoria na fiscalização, descentralização e discussão de agendas positivas estaduais e

outra estruturante, propondo modelo diferente para o desenvolvimento na região, visando alto retorno social e baixo impacto ambiental”, explica o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. “O licenciamento ambiental georreferenciado é um instrumento de planejamento para esta nova política de desenvolvimento sustentável e, pelo programa piloto, em experiência em Mato Grosso desde 1999, é

eficientíssimo.”

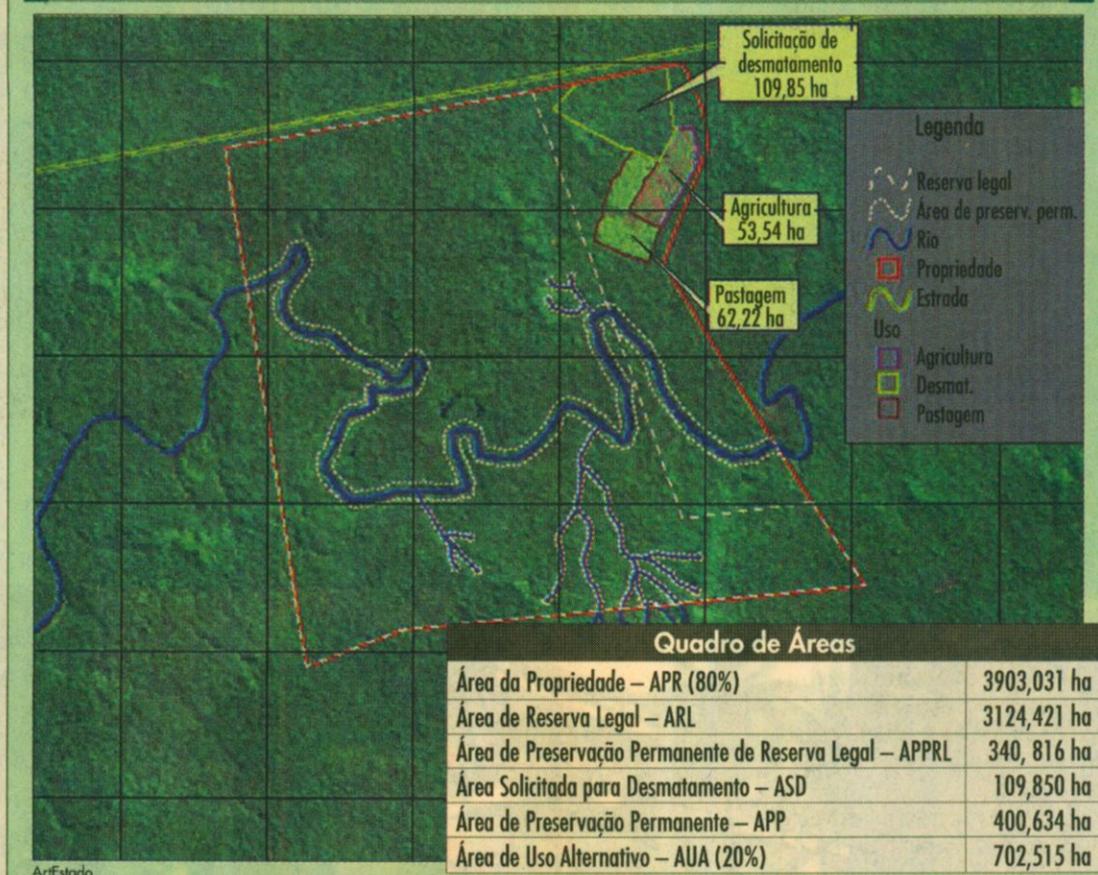
O programa piloto começou nos 14 municípios mato-grossenses que mais desmataram, na avaliação feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de 1999-2000. A implantação foi feita pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema) em propriedades superiores a 200 hectares, com apoio do Ibama e financiamento do Programa Piloto de Florestas (PPG7).

Em um ano, houve redução de 24% na taxa de desmatamento e 53% no número de queimadas destas localidades. Em 2001, o licenciamento foi gradualmente ampliado para outros municípios e o balanço deve ser anunciado pelo governo estadual ainda este mês. Ainda neste ano, Mato Grosso adotará o sistema para todo o Estado e em propriedades de todos os tamanhos.

Também em 2002, o MMA entenderá o licenciamento ambiental para 19 municípios de Rondônia e dez do Pará, que, com os 14 de Mato Grosso, somam 70% dos desmatamentos ocorridos na Amazônia Legal, no último levantamento do Inpe (1999-2000). Em números absolutos, os 43 municípios são responsáveis por 14.432 km² de corte raso de florestas, num total de 17.529 km² registrados. A idéia, de acordo com Sarney Filho, é adotar o licenciamento em toda a região, sendo que Acre, Amapá e Tocantins já estão adiantando medidas precursoras.

AMBIENTE

NOVA MODALIDADE PARA LICENCIAMENTO



**No
INÍCIO,
GASTOS
SÃO ALTOS**